



BEM VIVER E AGROECOLOGIA: AS EXPERIÊNCIAS DA TEIA DOS POVOS E DO MST-PR NA CONSTRUÇÃO DE HORIZONTES POSSÍVEIS NO PÓS-PANDEMIA

Priscila Viana Alves ¹

Kauê Avanzi ²

RESUMO

Este artigo procura demonstrar o Bem Viver e a Agroecologia como caminho possível para sair da crise paradigmática e macro ecológica que assola o atual Meio Técnico-Científico-Informacional e a globalização neoliberal em curso. Num contexto no qual nunca se falou tanto em Ambiente, no entanto, nunca se destruiu tanto o planeta em várias escalas. Assim, o paradigma civilizacional baseado na Modernidade ameaça a reprodução da vida em todas as suas formas. Por meio de modos de fazer construídas historicamente nos territórios, a partir de experiências Sociedade-Natureza de respeito a ancestralidade e a ecologia, são produzidos alimentos saudáveis e também construídas relações sociais e técnicas mais justas, solidárias e ecológicas, que podem alcançar a escala global. É preciso reflexão sobre outras ecologias e economias baseadas a partir da convivência humana com a natureza. Deste modo o *Bem Viver* sugere outro viés ao valorizar os saberes ancestrais e preservar os bens naturais. Esta elaboração faz parte da cosmovisão dos povos indígenas e tradicionais, ao configurar práticas socioespaciais de promoção da vida na terra.

Palavras-chave: Agroecologia; Bem Viver; Campo-cidade; Movimentos Sociais.

PANDEMIA COVID-19

A pandemia é estado de alerta para todo o planeta. É um convite para a compreensão mais profunda sobre como a monocultura de pensamento e a moderno colonialidade ainda persistem na contemporaneidade destruindo a mente agroecológica, geradora de vida e convivência e que leva a satisfação e plena consciência ecológica e de ação política no território. A monocultura é o cultivo de uma semente, uma ideia, apenas a partir da perspectiva do desenvolvimento econômico, do lucro, da vantagem. A individualidade humana se torna cada vez mais desconfiada e deprimida ao ser totalmente alienada pela perspectiva do desenvolvimento econômico. O agronegócio

1Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo USP. Possui graduação em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense (2014) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2017). Professora substituta de Geografia Humana na Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG- Campus Carangola. priscilaviana@usp.br;

2Geógrafo Bacharel e Licenciado pelo Departamento de Geografia, mestre e doutorando em ciências pelo Programa de Pós Graduação em geografia Humana pela FFLCH-USP. Professor substituto de Geografia no Ensino técnico em Mecânica e Informática e da Licenciatura em Ciências Sociais no Instituto Federal do Paraná Campus Paranaguá. kaue.av@gmail.com



gesta a Fome no campo e na cidade desta maneira é necessário avançarmos na perspectiva da agroecologia e do Bem Viver.

A racionalidade do capitalismo extrativista está alterando a dinâmica natural do planeta, está empobrecendo não só pessoas, mas também destrói a biodiversidade. Ela se apropria de o desenvolvimento tecnológico não parar gerar vida e sim a gestão da morte. Vandana Shiva (2003) afirma existir uma cegueira que impede de visualizar a riqueza da diversidade da vida, é o que a filósofa nomeia de “monocultura da mente”.

A monocultura da mente não permite considerar a riqueza da biodiversidade existente nas várias florestas, mares, campos, restingas, mangues, morros, lugares ricos em diversidade, produção e vida. O Agronegócio, grandes corporações e Estados veem esses territórios como improdutivos, pois para serem produtivos é necessário plantar soja, pinheiros, eucaliptos para converter bens naturais em mercadoria. As monoculturas são totalmente empobrecidas, em relação a diversidades de seres vivos, economia comunitária e de sustentação local. A agricultura hegemônica na América Latina enquanto projeto consiste a transformação em verdadeiros desertos verdes, monoculturas que não atendem nem as necessidades básicas locais, como a alimentação. Mas são vendidas como mercadorias para exportação. Exemplo é o feijão, base da alimentação brasileira, na safra 2020/21, a área plantada de feijão encolheu 35% no Brasil, de 4,9 milhões de hectares para 2,9 milhões de hectares, conforme a série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)³.

Esta lógica capitalista possui internamente a necropolítica (MBEMBE, 2010) como mantenedora das relações de poder em sua organicidade que funciona a partir do extermínio da vida, da sua própria autogestão, para um poder controlador e que defende a propriedade privada. A monocultura da mente é um instrumento de poder e controle da economia e ecologia.

Para Sassen (2016, p. 21), o que o cenário aponta é a entrada numa “nova fase do capitalismo avançado na década de 1980 [...] testemunhamos em boa parte do mundo economias em contração, a escalada de destruição da biosfera no mundo inteiro e o ressurgimento de formas extremas de pobreza e de brutalização”. É preciso mudar o discurso que atribui ao desenvolvido tudo que faz referência ao dinheiro, ao progresso da Modernidade, ao centro e considera a periferia atrasada, selvagem, marginal. O desenvolvimento tal como ele é posto é “des-envolver”, tirar a autonomia e a comunidade (PORTO-GONÇALVES, 2006). O crescimento econômico desenfreado desafia das próprias leis biofísicas do planeta, mas na contemporaneidade ameaça um número nunca visto de pessoas e lugares em todo mundo. A maneira de ser-estar-no-mundo, a ecologia, o modo de organização da própria sociedade deve ser repensado, para que ela não dependa de combustíveis fósseis, perfurações, agrotóxicos e monoculturas para produzir seu modo de existir.

O CHEIO E O VAZIO: A HERMENÊUTICA DA PERIFERIA

3 <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/11/09/por-que-agricultores-brasileiros-estao-deixando-de-plantar-feijao-e-o-que-isso-tem-a-ver-com-a-fome.ghtml>



O Centro concentra a riqueza, o capital, e o tempo cada vez mais rápido da reprodução ampliada capitalista, submetendo trabalhadoras a uma crescente exploração do trabalho, mais intensa, no Brasil, entre as mulheres, os negros e os povos indígenas. Há aqui, ainda que de maneira virtual, a criação de uma abundância, de luz, de concreto, de velocidade. São os grandes centros financeiros envidraçados das grandes cidades, a agricultura de precisão e seus sistemas operados por GPS, os sistemas de transporte de mercadorias e de capital. O centro atrai a riqueza ao seu redor, tal como um corpo que, por sua gravidade, atrai os corpos menores ao seu redor, pensando em uma metáfora da física clássica.

As periferias são esvaziadas de equipamentos e, ao menos temporariamente, de gente. A força de trabalho se desloca, todos os dias, das favelas para os centros urbanos em um transporte público quase sempre lotado; jornaleiros se deslocam todos os dias em Rurais quase sempre precários até as colheitas da agroindústria. No campo e na cidade, quando submetidos ao tempo da reprodução capitalista, trabalhadores são levados de roldão em direção a uma vida cotidiana precária: falta de saneamento básico, moradia digna, alimento adequado, etc. A periferia é o vazio, a falta.

O cheio e o vazio (o central e o periférico) operam de maneira contraditória no espaço. Se pensarmos os centros urbanos, que concentram o capital de uma cidade, as pessoas em situação de rua que ali vivem, mesmo que no centro, habitam a cidade de maneira periférica. As favelas, nas periferias das cidades, se tornam centrais quando removidas para a construção de projetos imobiliários de grandes incorporadoras e imobiliárias. Chico Buarque nos lembra que um copo vazio está sempre cheio de ar. Assim como um prato vazio está, quase sempre, cheio de...fome. Campo e cidade, rural e urbano, centro e periferia, vistos dentro de suas contradições, operam exatamente da mesma maneira que a dialética do cheio e do vazio: sempre em movimento e contendo, imanentemente a si, o seu exato oposto. Entre o centro (cheio) e o vazio (periferia) há uma infinidade de possibilidades não necessariamente realizadas, mas sempre presentes como potência ou como luta. Logo, neste intervalo entre absolutos existem infinitos modos de se relacionar com isso que chamamos de *Natureza* (LEFEBVRE, 2006).

Neste sentido, o capitalismo age em direção de não somente se apropriar dos ambientes, mas também em produzir o espaço a sua própria semelhança através da urbanização e interesses do mercado mundial. Ou seja, a produção do espaço neste modo de produção açambarca e concentra a riqueza socialmente produzida no campo e na cidade e, neste sentido, o capital opera com a produção de raridades e de abundâncias, espacializadas desigualmente na relação centro-periferia. Neste sentido Lefebvre nos lembra que “*pode-se eliminar a dialética, mas jamais as contradições.*” (Op. Cit. p. 454).

Há nesta relação, uma visão – ideologia – extremamente potente de que a técnica é determinante na “libertação” humana em relação à natureza, visão que é bastante eurocentrada na sua origem, já que considera sistemas técnicos de determinada matriz epistemológica como mais importantes ou superiores que outros (SANTOS, 2012). Mike Davis, em seu livro *Holocaustos Coloniais* (2001) evidencia como haviam uma série de técnicas sociais pré-capitalistas que eram mais eficientes no combate à fome e



na manutenção de uma “vida banal” digna para os mais pobres que as sociedades auto-proclamadas modernas, e que foram desestruturadas pela tecnologia e o modo de produção capitalista globalizado, generalizando a pobreza no assim chamado “terceiro mundo”.

O modo de produção capitalista converte a agricultura de relação ou troca com a natureza em procedimento mecânico e científico (MARX, 2017); transforma agricultores em cultivadores do solo e em assalariados ao destituí-los da terra e de sua indústria doméstica (OLIVEIRA, 2002). Assim, quanto mais desenvolvida é a economia capitalista, maior é o seu esforço em destituir modos de vida auto-suficientes em economias de mercado, regidas pela exploração do trabalho, e que dependem da ruptura, geralmente brusca, entre comunidade e a terra. Para o capital, a terra é produto a ser consumido, transformando a natureza em mercadoria utilizando como pressuposto a propriedade privada da terra. A determinação do capital é a negação de outros modos de compreender a terra que não como mercadoria. O capitalismo é urbano, e está produzindo o espaço à sua semelhança (como abstração) em todo o planeta, mesmo nas florestas mais densas, nas ilhas mais isoladas. (MARX, 2017).

Todo ato de produção é simultaneamente um ato de consumo. Quando concebemos que a produção, para se realizar, também consome árvores, minérios, metais, riquezas naturais de maneira geral, há um consumo primário da terra que, em nosso modo de produção, gera capital, a ser reproduzido pelo trabalho das classes trabalhadoras no campo e na cidade em favor das elites urbanas que vivem nos grandes centros financeiros do Brasil (elites nacionais) e do mundo (corporações). Quando, por exemplo, comunidades são impactadas por grandes projetos de mineração ou com garimpos ilegais, como os que se expandem pela Amazônia; ou quando do avanço do agronegócio sobre os territórios Guaraní-Kaiowa no Sul do Mato Grosso do Sul; ou mesmo quando um a expansão do porto de Paranaguá-PR para município de Pontal do Paraná-PR sobre a Terra Indígena Sambaqui (Guaraní-Mbya), os determinantes colocados pelo capital sediado em metrópoles como São Paulo-SP, forçam a ruptura de relações ancestrais com a terra, que por suas epistemologias próprias não podem conceber a terra como mercadoria, já que a vêem com uma criatura viva (LADEIRA, 2007; KRENAK, 2020).

Há que se observar que uma imensa diversidade de povos e de modos de estar no mundo tem sido catalogados e observados por intelectuais a serviço das elites urbanas que, mesmo à esquerda, os enxerga a partir de seus próprios pressupostos construídos nos centros do capitalismo. Afinal, cabe-nos perguntar, onde se encaixa o indígena na teoria marxista ortodoxa? É trabalhador? É proletário? Camponês? Classe?

Contraposto a esta noção que entende a natureza como um algo separado a ser vencido e subjulgado, os periféricos no campo e na cidade constroem de maneira objetiva uma noção sobre a natureza que concebe o ambiente como um algo vivo, complexo e, também, subjetivo, permeado de relações sociais que se desenvolvem em torno de relações abstratas (e nem por isso menos importantes) como os afetos, a solidariedade, o trabalho comum. Camponeses, indígenas, quilombolas, caiçaras e outras populações humanas estabelecem um vínculo com a terra que até pode produzir



algo com objetivos econômicos, já que não flutuam “fora” da economia capitalista, mas possuem um sentido de produzir que tem haver também com o uso da terra para fins comunitários, cosmológicos, sagrados e profanos, apresentando vínculos profundíssimos com diversas formas de ancestralidade. A terra, conforme podemos compreender nesta outra perspectiva é, também, “sujeito histórico” (T/TERRA, 2017).

Intelectuais não são neutros diante do mundo, mas produzem e sintetizam conhecimentos que induzem a ações (GRAMSCI, 19882; MONASTA, 2010; MUSSI, 2019) que provocam mudanças no tempo e no espaço. Pensam e intervêm na realidade a partir de sua inserção nesta, carregando consigo toda a carga de seu passado até o momento da observação em relação a um espaço-tempo em movimento pleno e constante (LEFEBVRE, 2004; SANTOS, 2012)⁴. O método é também uma escolha política (GRAMSCI, *In*: MONASTA, 2010).

Buscamos, com este artigo, demonstrar o importante papel que a Agroecologia como método de produção de alimentos possui no combate à fome, da pobreza e do acesso à terra pensando o conceito de soberania alimentar. Neste caminho, a noção de *Bem Viver*, como aquela que propõe uma relação sociedade e natureza amplamente solidária, com centralidade na vida, em defesa de direitos fundamentais, como saúde e igualdade. Assim, enquanto autores implicados às problemáticas e ações expostas, propomos aqui a pesquisa-ação, que se opõe radicalmente à cisão sujeito-objeto em que o/a pesquisador/a não compreende a dimensão da vida cotidiana, as razões e afetos que “patenteiam” um conhecimento construído coletivamente. Este trabalho se encaixa nessa interface entre pesquisadores e as comunidades em questão.

Faremos uma análise dialética sobre o social e o natural vistos na contradição, no embate entre os termos, ambos subjetivos e objetivos que, no espaço, se expressa também como luta de classes. Logo, neste trabalho, refletiremos sobre o cenário de exploração e destruição dos territórios, a partir de movimentos sociais que articulam campo e cidade e que se propõem a experiências de outras relações possíveis com a terra e a alimentação, a quais exporemos neste trabalho. Um deles é a Teia dos Povos, que surge em 2012, na I Jornada de Agroecologia, enquanto uma rede de articulação de comunidades, territórios, povos tradicionais, movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade. Iniciou na Bahia, mas sua presença já se encontra em nas demais regiões do Brasil no ano de 2021. Sua principal pauta é autonomia territorial, produtiva, alimentar, cultural e ecológica. A defesa das sementes crioulas, a partir de saberes ancestrais, orienta a epistemologia e as práticas agrícolas.

Em paralelo, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) junto a outros movimentos no Estado do Paraná, têm com o objetivo o combate à fome, articulando as produções camponesas à redes de distribuição e preparação de alimentos agroecológico para serem distribuídos para a população periférica e em situação de rua das grandes cidades, entre as quais está a capital, Curitiba. Em ambos os casos expostos o agronegócio pode ser compreendido como um projeto inviável para a sociedade, já

4 “A teoria do movimento só pode provir do próprio movimento. Tanto mais quanto esse movimento mostrou, isolado, libertado, capacidades teóricas. Uma contribuição para a elaboração não pode se dar através de uma contribuição limitada.” (LEFEBVRE, 1968. p. 133)



que se baseia na produção de monoculturas de *commodities* agrícolas de exportação, sem o compromisso de garantir segurança e soberania alimentares para a população brasileira. Ele destrói biomas e também leva a violência latifundiária contra comunidades tradicionais. A transição agroecológica é encarada como possibilidade de produção de alimentos saudáveis e de novas relações sociais na conservação do planeta como lugar da vida.

MARMITAS DA TERRA: AGROECOLOGIA EM MOVIMENTO QUE OCUPOU A METRÓPOLE

"Com a fome açoitando os indivíduos, com o seu espectro ameaçador criando pânico generalizado, foi fácil aos domadores da massa, aos hipnotizadores das multidões (...) transfigurarem essas massas numa pasta maleável, submissa à sua mão de ferro." CASTRO, Josué. *A Geopolítica da fome*. Brasiliense, São Paulo. 1959. p. 506-7

Iniciamos este tópico com esta citação de Josué de Castro, em seu *Geopolítica da fome*, de 1956 porque entendemos que ele permanece atual. Caminhar por qualquer grande cidade do país é estar diante de graves problemas humanitários decorrentes da economia capitalista, intensificados após a pandemia. Barracas de acampamento, improvisando lares, se espalham pelos centros urbanos dado o crescente número de desempregados e de miseráveis. O preço dos aluguéis subiu vertiginosamente junto ao preço dos alimentos. O desemprego aumenta exponencialmente, atingindo o maior valor já registrado desde que passamos a medir esta estatística, com 14 milhões de pessoas (13,5%), segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O número de desalentados – pessoas que desistiram de procurar emprego e que, por isso, estão fora das estatísticas de desemprego – chega a 16,1%, estatísticas que, juntas, mostram que cerca de um terço dos brasileiros em idade de trabalho não possuem uma fonte direta de renda. Em pesquisa realizada em todo o Brasil pelo instituto Data Favela entre 9 e 11 de fevereiro de 2021 mostra que 70% dos moradores de favela do país não tem dinheiro para comida, dependendo de doações para realizar sua alimentação. Virou cena comum vermos pessoas buscando comida no lixo das grandes cidades brasileiras.

A cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, não foge a este cenário, embora a imagem de urbanismo metropolitano eficiente e racional ainda esteja associada ao município. Não existe um censo público a respeito das pessoas em situação de rua, o que evidencia a preocupação dada pela administração municipal ao problema. Com frequência, a FAS (Fundação de Ação Social) reprime com violência grupos de pessoas que dormem nas ruas durante a madrugada, roubando seus cobertores, roupas e pertences pessoais, incluindo os de higiene básica. A prefeitura da cidade lançou o projeto de lei em 26 de março de 2021, que institui a criação do *Programa Mesa Solidária*, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SMSAN, relativo as distribuições de alimentos para pessoas em condição de pobreza. O projeto, de autoria do vereador Tico Kuzma (PROS) em sua primeira página, justifica sua necessidade:



“Atinente à distribuição de alimentos, atualmente vem sendo exercida por instituições de caridade diretamente em logradouros públicos do Município, com ausência de parâmetros organizacionais. Desta forma, se observou em certas ocasiões divergências entre oferta exacerbada/carência relacionadas a procura, acarretando em desperdício de alimentos, e, em outras circunstâncias pela escassez. Nestes moldes gera-se acúmulo de resíduos orgânicos e rejeitos nas vias públicas, ocasionando a proliferação de pragas e vetores urbanos, e, conseqüentemente, trazendo riscos à saúde da população em situação de rua.” p. 1

Continuando à seguir no Artigo 8º

Art. 8º Para proceder a distribuição de alimentos no Programa Mesa Solidária em equipamentos adequados ou em logradouros públicos do Município de Curitiba, as pessoas citadas no art. 4º deverão efetuar cadastro prévio junto à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SMSAN, contendo, no mínimo, a identificação completa do serviço voluntário, assinatura de termo próprio, alinhado com as políticas públicas e legislações vigentes na área, conforme descrito no regulamento.

Art. 9º Aqueles que cumprirem as exigências formuladas pelo Poder Executivo Municipal receberão autorização expressa da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SMSAN para distribuir alimentos à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluindo a população em situação de rua.

Várias entidades e grupos, ligados a Organizações não-governamentais, igrejas e movimentos sociais têm garantido, via ações de solidariedade, as refeições das pessoas em situação de rua. Oferecem café da manhã, almoço ou jantar nas praças centrais da cidade, que se opuseram ferrenhamente ao projeto, que foi vencido dada a repercussão negativa deste nacionalmente. Entre eles, o coletivo chamado *Marmitas da Terra*, que reúne movimentos sociais do campo e da cidade numa articulação para combate à fome nas periferias – inclusive as do centro – da cidade de Curitiba.

O projeto se inicia com a distribuição de marmitas nas praças centrais da cidade, com ingredientes que foram doados por acampamentos e assentamentos de reforma agrária em todo o Estado. Cabe ressaltar que tais ações não se restringem à capital, uma vez que acampamentos como o José Lutzemberger, no município de Antonina, estabeleceu parcerias com associações de moradores de bairros periféricos do litoral paranaense. No entanto, somente as marmitas não foram suficientes para suprir as necessidades mais básicas das imensas filas que se formavam no momento da distribuição destas. Foi notória a carência de produtos de higiene básicos, como máscara, álcool em gel, absorventes, sabonetes, e roupas íntimas. Via doações de entidades e sindicatos, foi possível realizar a doação de um kit com produtos de higiene junto às marmitas.

No entanto, cresceu a noção de que somente as ações de solidariedade, sem o processo de formação política, repetiria os projetos de caridade que amenizam os sintomas sociais sem ir à raiz da formação capitalista que envolve a especulação imobiliária, na metrópole, e a concentração fundiária no campo. As favelas e cupações da cidade vivem, em todo o Brasil, uma situação dramática de desemprego, miséria e violências impostas cotidianamente em diversas escalas, materiais e simbólicas. A fome,



qualitativa e quantitativa (CASTRO, 1959) se faz presente também nos bairros pobres de Curitiba. Neste sentido, as organizações locais – associações de moradores, pastrais e movimentos sociais como o MPM (Movimento Popular por Moradia), passam a se articular para que as distribuições de alimentos *In Natura* e para a construção de cozinhas comunitárias, onde a comunidade prepararia as marmitas para as pessoas do bairro. É importante aqui ressaltar que mesmo que vivam em domicílios mais ou menos fixos, a distribuição de marmitas precisou continuar devido as dificuldades que muitos moradores dos bairros possuíam em comprar gás para cozinhar os alimentos.

Esta articulação já conseguiu envolver, junto ao projeto *Marmitas da Terra*, ocupações nos bairros *Vila Pantanal*, *Chacrinha*, *Cecopam*, *CIC*, *Bolsão Formosa*, *Portelinha*, *Centro*, todos em Curitiba; e na Região Metropolitana nas ocupações de *Santa Cruz* e *Formosa*, no município de Araucária, e *Nova Esperança* em Campo Magro. Para além das distribuições de alimentos e marmitas, as ações dos movimentos também realizam mutirões para a construção de hortas agroecológicas comunitárias, com o objetivo de produzir alimentos e combater a fome com uma produção local, do próprio bairro, além de projetos de alfabetização para jovens e adultos e reforço escolar para as crianças e adolescentes que ficaram um ano e meio sem escola durante o isolamento social necessário devido à pandemia.

Enquanto preparam os terrenos, plantam, colhem, preparam e distribuem os alimentos, uma outra relação campo-cidade se realiza, que não aquela realizada pelo capital, de cima pra baixo, com o agronegócio financeirizado, dentro de uma lógica pensada a partir do urbano e que traz a miséria para os pobres do campo e da cidade. Aqui as relações de solidariedade, apoio mútuo e trabalho coletivo ganham corpo, transformando um cenário desolador em ambientes de troca e de cultura, como quando os movimentos se organizaram para levar os moradores de assentamentos, acampamentos e ocupações urbanas para assistir a um concerto de música clássica no Teatro Positivo, localizado no bairro do *Ecoville*, um dos mais elitizados da cidade. Enquanto ouviam o piano, o baixo, os violinos e violoncellos, foi como se cantassem, juntos, um trecho da música *Caçador de Mim*, de Milton Nascimento:

Nada a temer senão o correr da luta
Nada a fazer senão esquecer o medo
Abrir o peito a força, numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura

Longe se vai
Sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir
O que me faz sentir
Eu, caçador de mim

A TEIA DOS POVOS

A Teia dos Povos no Brasil É uma prática concreta da construção de consciência coletiva e crítica sobre a realidade social, sendo uma rede que conflui pautas de



comunidades tradicionais, indígenas e camponesas junto com movimentos e organizações do campo e da cidade, que com o convívio comunitário, fortalece grupos que geram ações saudáveis. A ancestralidade, contida em tudo que é vivo, existe em camadas que constituem os elementos da vida, assim a humanidade está em constante coexistir ao habitar o lugar, transformar-se a si e ao mundo. Os sujeitos são co-criadores da vida e possuem capacidade de ação mediada pelo conflito intrínseco às lutas sociais (RIBEIRO, Ana Clara, 2013).

A globalização atual hegemonicamente capitaneada por grandes corporações e países ricos, não constrói por meio de suas ações e técnicas mundializadas, uma sociedade que dialoga com a natureza. Ao contrário, a dicotomia sociedade e natureza é cada vez mais fortalecida no discurso internacional. É na periferia global que o Bem Viver se constrói. A consciência crítica da realidade é dada pela experiência solidária que transforma o mundo tocado e gera o autoconhecimento. O processo de formação humana permite a transformação e construção do nosso pensar. O Bem viver é a filosofia de participação popular que propõe unidade entre natureza e humanidade, em consonância com a circularidade da vida e co-parentesco. A natureza conecta a vida, a ancestralidade precisa ser respeitada, é reconhecer o que veio antes, a produção de diversidades e inclusões amplamente profundas. Urge a necessidade de integração dialógica entre o mundo transcendente e imanente (KRENAK, 2021).

Nos primórdios da globalização a desgraça colonial garantiu aos ocidentais a hegemonia do mundo, uma dominação geográfica e histórica desigual, que nega a diferença e impõe um padrão de poder. O colonialismo elegeu a Europa como único paradigma e narrativa possível de conhecimento da realidade. O movimento decolonial começa a ser articulado a partir dos países da periferia global para desconstruir a única narrativa do mundo e construir narrativas nos lugares e não às margens da experiência eurocentrada. Para compreender o Bem Viver é necessário compreender a Terra como um sistema vivo (SAHTOURIS, 1991). Ela tendo direitos por si só e seu ciclo biofísico e bens naturais sendo resguardados da retirada de petróleo, devastação de Florestas e biomas tradicionais para dar lugar a monoculturas, viadutos, pontes, hidrelétricas. A Terra é vilipendiada a todo momento com a instauração de grandes projetos de desenvolvimento para atender ao agro-hidro-mine-petro-negócio. A pandemia possui profunda relação com a questão ambiental contemporânea, pois é um alerta global para repensar as relações sociais e técnicas na contemporaneidade.

Essa experiência já observada em países como o Equador e Bolívia, que por meio de sua constituição federal já garantiram que a Terra é organismo vivo e precisa ser considerada dotada de direitos. Em todo o planeta bilhões de espécies de vegetais e animais que habitam o Planeta já foram extintos. A Terra não é compreendida como viva e casa comum de uma diversidade de outras vidas que faz parte da ecologia e a co-criação dos seres do mundo. Uma experiência de responsabilidade social é construída a partir desse pensamento solidário que se complementa com os elos fundamentados no apoio mútuo (KROPOTKIN, 2012). _



A Teia dos Povos no Brasil, cujas experiências promovem o bem viver em comunidades, é referência de um projeto político viável para o Brasil, na construção de outras ecologias e economias baseadas a partir da convivência humana com a natureza. Para frear o desenvolvimento predatório é necessária uma subversão epistemológica, histórica, social e espacial de horizonte decolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão campo-cidade, que surge como a primeira etapa da divisão do trabalho capitalista (MARX, 1988) e a imposição da moderna propriedade privada da terra constitui um fluxo populacional campo-cidade ao mesmo tempo em que se modificam as instituições de estado (jurídicas, penais, políticas, etc.) e as relações cotidianas da vida banal de diversas comunidades, que apresentam resistências diversas no espaço em que vivem (SANTOS, 2012). Ou seja, na medida em que a propriedade da terra se realiza sob o capitalismo, ela modifica as relações sociais no campo, na cidade e na floresta. Mas, como nos revela Milton Santos, esta força homogeneizante não consegue determinar totalmente o vivido dos mais pobres, restando resíduos (LEFEBVRE, 1983) que são potentes ao se pensar em alternativas de futuro possíveis.

A produção da natureza é construída historicamente e sob a perspectiva da análise sociedade-natureza não há separação ou primazia entre ambas, há uma relação entre elas. A concepção de produção da natureza proporciona a base filosófica que se contrapõe a lógica dicotômica que separa natureza e sociedade, que concebe o homem branco como sujeitos dominantes, inclusive sobre as mulheres e as outras formas de ser e estar no mundo. Esta relação dualista resulta do modo de produção vigente, por isso é possível historicizar a concepção que se tem do mundo exterior sensível, como também transformar a relação que ao mesmo constrói os indivíduos e o espaço em que habitam.

As experiências socialmente localizadas nos lugares e nos territórios são imprescindíveis para a análise do contexto da crise ambiental em escala global. Pois esta não se resolverá com o avanço tecnológico, muito menos acabará a partir de soluções práticas e individualizadas posto que a crise ambiental é de cunho social, filosófico, político. A não valorização do lugar para a construção de teoria de transformação social, como também das expressões referenciadas nele, compromete experiências periféricas e localizadas e só considera as de influência de pretensão global. Este é construído por diversas escalas de tempos e espaços, geológicos e humanos.

Na contemporaneidade há uma competição de ritmos. Há também confluências com o advento das novas tecnologias, definidas pelo suporte técnico que constrói novas relações espaços-temporais. Assim há desigualdades, segregações e competição de e por lugares. A sistematização de experiências da periferia desse modo é importante e conhecer experiências baseadas no lugar feitas por sujeitos que lutam para sobreviver em comunidade pode contribuir com a visibilidade dessas vivências.



A desvalorização dos conhecimentos tradicionais dos povos é um importante artifício para a colonização do saber⁵. Deste modo a busca pela homogeneização e universalidade do pensamento social contribuiu para a invisibilidade de processos importantes, sejam eles sociais ou espaciais, constituídos no lugar, como também negou a existência de modos de vida locais e sua diversidade. Os territórios em que se encontram as experiências do bem viver podem ser caracterizados como territórios dissidentes, pois sinalizam a reprodução de outra racionalidade de vida social. A organicidade horizontal desencadeia experiências de auto-organização e práticas socioespaciais insurgentes que se opõem radicalmente à condução material e espiritual da sociedade vigente. Desta maneira conhecer outros modos de organização da vida social é indispensável para pensar relações sociais e técnicas mais apropriadas para a construção de uma teoria social como projeto de transformação sistêmica a partir de experiências dos/das de baixo (Ribeiro).

A colonial modernidade se baseia em estruturas de dominação como o Estado, a igreja, o patriarcado, racismo, sexismo, que fundamentou a sobrevivência da colonialidade enquanto matriz que forja a sociedade capitalista. Para Segato (2012) “assim como as características do crime de genocídio são, por sua racionalidade e sistematicidade, originárias dos tempos modernos, os feminicídios, como práticas quase mecânicas de extermínio das mulheres são também uma invenção moderna”.

Para recriar a organização do povo na perspectiva do bem viver é necessário pensar novas relações com a terra, com os valores que fundam a própria existência humana em comunidade, como a solidariedade, apoio mútuo e autonomia. Ou seja, é necessário entender as implicações entre sociedade-natureza, o que é uma chave teórica e prática interessante que serve de ferramenta na construção do pensamento científico social.

A pandemia demonstrou que a base de sustentação da sociedade e que possibilitou a sua reprodução em tempos de pandemia foi a organização popular no campo e na cidade. Várias experiências construídas por redes de organizações populares e de redes de mulheres que por meio das experiências de solidariedade diminuíram a fome (GÓMEZ; CORREA; VIANA). É necessário buscarmos saídas populares para as questões que a pandemia, como parte da crise capitalista contemporânea, trouxe para nossa sociedade, em especial aos setores inferiorizados no campo e na cidade. E uma Geografia que queira ser ferramenta de emancipação ao invés do seu tradicional papel de instrumento de barbáries nas periferias do capitalismo, deve estar junto do conhecimento dos de baixo e ser capaz de pensar outras formas de produzir espaço que não as que pensam a natureza como recurso a ser explorado. Afinal de contas, como nos ensina a física – mais uma vez – um corpo em movimento tende a permanecer em movimento, e a única forma de compreendê-lo e modificá-lo, é se colocar em movimento junto a ele.

5 “Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo” (ESCOBAR, 1996).



REFERÊNCIAS

- ACOSTA A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres.** São Paulo, Editora Contexto, 2007.
- BEM VIVER, vida em plenitude na reflexão e nas práticas dos povos originários. IN: Por trás da Palavra. Revista do Centro de Estudos Bíblicos – **CEBI**. São Leopoldo, jul – ago., 2013. Ano 33. Nº 197ALTOÉ, Sônia. **Réné Lourau: Analista Institucional em tempo integral.** São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAITZ, Ricardo. **A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia?** In Boletim Paulista de Geografia n. 84. São Paulo: AGB-SP, p. 25-50.
- BELLAMY FOSTER, J. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil.** In: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007.
- CASTRO, Josué. **A Geopolítica da fome.** Brasiliense, São Paulo. 1959.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** Lisboa: Presença, 1988.
- GÓMEZ, G. P. G.; CORREA, J. A. C.; VIANA ALVES, P. V. A. A Resistência feminista e a luta pela vida na pandemia. **Geografafares**, [S. l.], v. 1, n. 32, p. 263–284, 2021. DOI: 10.47456/geo.v1i32.35549. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografafares/article/view/35549>. Acesso em: 31 out. 2021.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a formação da cultura.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1982.
- LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIAS DA T/TERRA (T/TERRA). **Revista EntreTerras.** PPGAS/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ UNB. Brasília, V.1, N.1, Jun. 2017.
- LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: Território Mbya à beira do oceano.** Editora UNESP. São Paulo. 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço.** Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4º Ed. Paris. Éditions anthropos, 2000.) Primeira versão: início – fev.2006.
- _____. **A Irrupção.** Editora Forense. São Paulo. 1968.
- _____. **La Presencia y la ausencia.** Fondo de Cultura Económica de Mexico. Ciudad de México. 1983
- _____. **Rhythmanalysis: Space, time and Everyday Life.** Continuum. New York. 2004.
- KROPOTKIN, P. **Apoio Mútuo- um fator de evolução.** Trad: Dinah de Abreu Azevedo, Editora Deriva, 2012, 285p.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & Ensaios, n. 32, dez. 2016. pp. 122-151. MONASTA, Atilio. **Antônio Gramsci.** Editora Massangana. Recife. 2010.
- MUSSI, Daniela. **A relação centro-periferia e os estudos gramscianos.** In: ARECO, Sabrina; BIANCHI, Álvaro; MUSSI, Daniela. **Antônio Gramsci Filologia e Política.** Zuok. Porto Alegre. 2019.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** FFLCH. São Paulo. 2002.



PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: Ação, técnica e espaço, LETRA CAPITAL: Rio de Janeiro, 2013.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. “Pensando desde el nayrapacha: una reflexión sobre los lenguajes simbólicos como práctica teórica”. In: **Sociología de la imagen: Miradas ch’ixi desde la historia andina**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015 [2010].

SAHTOURIS, E. **Gaia**: do caos ao cosmos. São Paulo: Interação, 1991.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/eces.1533

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Edusp. São Paulo. 2012.